

## **Piora da desigualdade de renda no Brasil ficou para trás, diz FGV**

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Estudo indica que a distância entre pobres e ricos, que chegou ao maior patamar já visto no ano passado, voltou a diminuir após quase meia década. Desde o início da crise econômica, a desigualdade no Brasil avançou por dezoito trimestres seguidos. Esse recrudescimento atravessa os governos de Dilma Rousseff, de Michel Temer e os primeiros nove meses do de . Contudo, depois de quatro anos e meio, a desigualdade no Brasil tende à estabilidade, apontou um estudo divulgado nesta segunda-feira, 17, pela Fundação Getulio Vargas (FGV). No último ano, a desigualdade de renda do trabalho alcançou o nível mais alto da década. Contudo, o ritmo de deterioração caiu — em 2019, houve avanço de 0,17%, o menor deste período de altas. Segundo os economistas, este, provavelmente, terá sido o último em que foi registrado uma piora do indicador. O levantamento aponta que o índice de Gini, indicador que mede a desigualdade de renda, teve a sua primeira redução — o que é positivo — no último trimestre de 2019, interrompendo quatro anos e meio de aumento na concentração de renda. O índice, cuja escala vai de 0 a 1, passou de 0,628 para 0,627 — quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade de renda no país. “Estamos no ápice da concentração”, escreveu o diretor do FGV Social, Marcelo Neri. “Segundo a tendência dos últimos trimestres do ano, parece que pode começar a descida cíclica”, explica. “O aumento na concentração de renda já vinha perdendo fôlego, com ritmo de crescimento cada vez menor”, crava. Ele completa dizendo que a renda per capita do trabalho está crescendo: “Não tanto quanto há um ano, mas é uma boa notícia combinada”, analisa. A renda per capita média segue pelo terceiro ano de crescimento a taxa de 1,6% em 2019, fazendo com que o bem estar social tenha crescido 1,32%, o melhor desempenho desde o início da recessão. A saída para a desigualdade não tem fórmula mais eficiente do que arrumar as contas públicas. Desde a posse de Michel Temer, voltou à pauta a agenda de reformas estruturantes, essenciais para a resolução do problema fiscal brasileiro. A reforma da Previdência foi aprovada no segundo semestre do ano passado, com uma robusta economia prevista para os próximos dez anos, de 800 bilhões de reais. Antes disso, em 2017, a reforma trabalhista foi essencial para dar segurança jurídica em um momento de grave crise econômica e institucional e motivar as contratações. Não é nada de encher os olhos, mas o número de desempregados vem caindo nos últimos dois anos. Segundo o IBGE, taxa média de desemprego fechou 2019 em queda em 16 estados. Em dezembro, VEJA mostrou que, para além das mudanças previdenciárias, o ministro da Economia, Paulo Guedes, vem engendrando uma série de microrreformas para diminuir o tamanho do Estado brasileiro. Longe dos holofotes, do funcionalismo militante e da barganha política, eles têm implementado uma agenda silenciosa, atacando frentes decisivas para tornar o Estado brasileiro mais moderno e eficiente. As revisões de normas regulamentadoras do trabalho, as NRs, e a MP da Liberdade Econômica, que liberou empreendedores de correr atrás de inúmeras autorizações burocráticas, que só atrasavam o empreendedorismo. As necessárias aprovações das reformas administrativa e tributária servirão para melhorar ainda o ambiente fiscal e de negócios no país. Os números positivos estão voltando a aparecer e podem servir de guia para que a equipe econômica não se desvie do caminho.

O levantamento aponta ainda que o índice de Gini, indicador que mede a desigualdade de renda, teve a sua primeira queda no último trimestre de 2019, interrompendo quatro anos e meio de aumento Sergio Moraes/Reuters